

Congresso tenta evitar o tráfico de informações

CLÁUDIA CARNEIRO

O lobby e o vazamento de informações terão um tratamento diferenciado nas próximas CPIs que deverão funcionar no Congresso Nacional e prometem revelar escândalos da mesma gravidade dos assistidos pela opinião pública na explosão do caso PC e da Máfia do Orçamento. O Senado Federal, que comanda o processo legislativo nas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, está preparando um "sistema antivazamento", para evitar a divulgação de dados truncados e o tráfico de informações sigilosas, que legalmente devem ser resguardadas.

A exposição de documentos confidenciais, revelando informações que pela Lei deveriam ser reservadas aos inquiridores da CPI do Orçamento, preocupou tão seriamente o comando daquela Comissão, que levou o presidente, senador Jarbas Passarinho, a tomar medidas de precaução. Para evitar que documentos de tal importância caíssem em "mãos inimigas", o que poderia até mesmo beneficiar alguns suspeitos, Passarinho chegou a colocar um cofre na sala da diretoria da Secretaria Legislativa.

Descontrole — O resguardo a informações sempre acaba fugindo ao controle dos responsáveis por aquilo que pode se tornar uma faca de dois gumes, num processo de investigação. Um exemplo disso foi o caso de um mecânico descoberto em Taguatinga pela CPI do Orçamento, que teria vendido um bilhe-

te de loteria para o deputado João Alves. A prova contra João Alves acabou virando notícia antes da hora e atrapalhou a inquirição preparada pela CPI. Naquele dia, depois do frustrado trunfo, o senador Passarinho desabafou aos amigos: "A gente fica aqui fazendo papel de palhaço para alguns".

No cuidado de não ferir os direitos constitucionais individuais, o senador Passarinho autorizou o envio de cópias dos relatórios finais das Subcomissões da CPI do Orçamento, que continham informações conseguidas com quebra de sigilo bancário e fiscal dos acusados, somente às instituições indicadas pelo relatório do deputado Roberto Magalhães (relator geral). A intenção de Passarinho, novamente, não foi correspondida. O acesso aos documentos, por caminhos "subterrâneos", foi amplo.

A Secretaria Legislativa tratou de reduzir a "vulnerabilidade" à qual fica exposta, com a facilidade com que pessoas estranhas aos seus quadros conseguem dados, alegando pesquisa em nome de órgãos públicos, entidades de classe e representações da sociedade. Essas informações, muitas vezes, acabavam sob o poder de interesses pessoais, políticos e empresariais. O projeto é modernizar a informação legislativa, através da informatização global da Secretaria, que é responsável pelas subsecretarias de comissões, ata e taquigrafia do Senado.